



A BUSCA DA QUALIDADE

O Brasil sobe 4 pontos do IDH mas há muito a avançar. A educação não é o vilão, mas não podemos ser complacentes. Ainda há muita gente fora da escola

Por Jeferson Melo
Fotos Raphael Mendes

A política de desenvolvimento humano não se constrói a cada quatro anos, ela se constrói no dia a dia e são as pessoas que a constroem. Elas não se dão conta, mas são formuladoras de políticas quando decidem onde trabalhar, se andam de carro ou a pé, se irão ou não jogar o lixo fora. Quem faz a violência? Quem educa? Se olharmos dentro das dimensões do IDH é possível ver que existem pessoas operando ali.” Foi com essa constatação que o economista Flávio Vasconcellos Comim encerrou nossa conversa. Formado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1989), mestre em Economia pela USP (1993) e doutor (1999) pela Universidade de Cambridge, na Inglaterra, o professor da UFRGS trabalha com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e é responsável pela coordenação do IDH-Índice de Desenvolvimento Humano. Nesta entrevista para Getulio, ele reconhece: “Apesar de amplamente divulgado, o conceito de IDH ainda é de difícil tradução no dia a dia das pessoas. Para isso, é preciso incluir as pessoas como parte de soluções e de formulação de políticas públicas. Algo que tentamos fazer no relatório nacional”. Para Comim, a relação entre o indivíduo e o Estado é questão chave. “Parte de nossos desafios é saber como se constrói um programa de transferência de renda mínima de maneira a ‘em-

poderar’ as pessoas para que consigam ser o que querem ser. É triste pensar que seremos apenas os desenvolvidos de amanhã, iguais aos desenvolvidos de hoje. O Brasil tem contribuições para a humanidade: o sincretismo religioso, a tolerância racial, a relação com os migrantes. Temos boas contribuições e não precisamos simplesmente reproduzir o modelo de renda duro do século XX.” A seguir, a entrevista:

Como sua trajetória o levou ao estudo dos índices de desenvolvimento humano?

Flávio Vasconcellos Comim Desde quando era estudante do 2º grau via a economia por meio dos impactos que provocava na vida das pessoas, sobretudo as de minha geração, hoje com mais de 40 anos, que vivenciei a crise dos anos 80. Tenho isso vivíssimo na memória. Notícias da TV sobre a discussão da crise cambial, o Brasil indo ao FMI. Isso influenciou uma geração inteira que resolveu estudar Economia. Acho que essa foi a motivação. Até o meu mestrado na USP, em 1989, estudei muito a linha da macroeconomia, tema recorrente de estudos por ser um dos principais entraves do país, e a população ficava muito à mercê da resolução dos problemas inflacionários antes de conseguir pensar o social do país. Isso foi determinante para minha escolha: a economia influenciava, restringia, potencializava muito a vida das pessoas.

Isso o direcionou para pesquisar a relação entre o PIB e o desenvolvimento das pessoas?

Flávio Comim Teve a ver com diferentes escolas, a que existia na Federal do Rio Grande do Sul há trinta anos era diferente da que existia na USP há 25 anos. Essa diferença me fez repensar. Também devo atribuir a influência de professores da USP, como o Eduardo Giannetti, das histórias que contava na disciplina História do Pensamento Econômico. Sempre trazia a reflexão para um lado ético da economia, algo pouco estudado, aliás ainda é. A Economia é nova, cerca de cento e algo anos, antes fazia parte da disciplina de Filosofia Moral. Alfred Marshall [1842-1924] foi quem criou um departamento separado de economia. A gente lida com questões econômicas que muitas vezes têm a ver com julgamento de valor, questões éticas, mas fingimos que não é. E foi ao entender essa relação que comecei, na escolha do doutorado, a ir para outro perfil.

E seu estudo se direcionou para a relação entre PIB e desenvolvimento humano?

Flávio Comim Houve um passo anterior: quando comecei o doutorado estudei muito filosofia. A preocupação que tinha era que os modelos econômicos deixaram de ser entendidos pelas pessoas. Não é nada contra o uso da matemática, é o fato de que a matemática transformou aquilo em uma caixa preta onde não se explica e que apenas o alto clero é

capaz de dizer alguma coisa sobre o que irá acontecer. Claro que existe o fato de tornar a Economia uma ciência, mas ao mesmo tempo existe um distanciamento da economia do cidadão comum, quando alguns assuntos têm um caráter normativo e diz respeito ao cidadão comum. Foi nesse ponto que comecei a estudar o Amartya Sen, e fui para Cambridge. O Sen é um dos inventores do índice de desenvolvimento humano e criou a perspectiva do desenvolvimento humano além do indicador, dando-lhe uma fundamentação filosófica. Escreveu vários livros que realizavam essa interface entre o desenvolvimento humano, a metodologia e a questão normativa, que não se discute muito. Ao terminar o doutorado fui trabalhar com um padre que havia morado 30 anos em Zâmbia e me fez a seguinte questão: “Como a gente pode tratar o problema do endividamento dos países pobres de um ponto de vista ético?” Para conseguir resolver essa questão tive de usar as teorias do Sen. Essa interface entre a economia chamada de positiva e a normativa abriu a possibilidade, pelo menos para mim, de realizar os estudos de desenvolvimento humano.



Houve muita disputa na economia nas décadas de 70 a 90 em torno de ideologias, certo?

Flávio Comim Sim, e a partir de então a matematização começou a consolidar a disciplina e isso levou a uma rebeldia contra o mainstream, daqueles que discordavam e que passaram a ser minoria, os pós-keynesianos e outros heterodoxos, e que na década de 70 eles disputavam de igual para igual. Sempre acompanhei esses debates sobre modelagem da economia e percebi também que no desenvolvimento humano, econômico/humano, havia a possibilidade de fazer econometria, ao mesmo tempo que lia textos filosóficos. Alguns problemas são tão sérios que é um luxo negar parte do conhecimento para resolvê-los. O desenvolvimento humano trata com questões tão sérias (desigualdade, pobreza, discriminação)

e o uso desses instrumentos são todos bem-vindos. E a tolerância metodológica é uma palavra-chave, sempre me agradou. Em função da gravidade dos problemas, não se pode desperdiçar algumas bases conceituais se elas são capazes de gerar conhecimentos com potencial importante para a humanidade.

O senhor está elaborando um novo Relatório do IDH, numa série histórica em que o Brasil tradicionalmente se posiciona mal.

Flávio Comim Trabalhamos na divulgação. O relatório é feito em Nova York. Celebramos 20 anos do 1º Relatório Internacional de Desenvolvimento Humano, e foi uma edição histórica. Então temos os relatórios mundiais e os nacionais e também o intermediário, que

é regional, sobre desigualdade. Até hoje no Brasil só haviam sido realizados três relatórios, estou coordenando o quarto. O importante é que todos eles resumem a ideia de utilizar o desenvolvimento humano para discutir questões importantes. O deste ano foi mais conceitual e mais aplicável, trazendo novos indicadores, e isso mudou o IDH como se conhecia. Temos um novo índice de desenvolvimento humano e ao mesmo tempo introduzimos um novo índice de pobreza multidimensional. Temos um IDH corrigido pela desigualdade, antes só havia as médias e agora há um indicador de desigualdade de gênero, que é muito interessante.

Como ficaremos neste próximo relatório? No anterior estávamos em 73º lugar. Há boas surpresas?

Flávio Comim O Brasil foi o país que mais cresceu no ranking deste último

ano, cresceu quatro posições, nenhum outro país chegou tão perto.

Que países conseguiram tal evolução?

Flávio Comim Quando elaboramos a lista dos países que nos últimos anos evoluíram no IDH, encontramos os que evoluíram por boas razões e outros por más. A China evoluiu por uma má razão, pois o que se vê é o crescimento apenas pelo lado econômico, com a desigualdade aumentando e a pobreza oscilando e isso não é traduzido em ganho em termos de saúde e educação. Quando se faz a lista dos 10 mais evoluídos no IDH nos últimos 40 anos, a China é o número 2; quando analisamos quem mais subiu em renda ela é o número 1; quando vemos a dimensão desenvolvimento humano, ela não está entre os 10 com melhor desempenho. A perspectiva do desenvolvimento humano serve para olharmos três dimensões: da saúde, do conhecimento e do padrão de vida de maneira harmônica e integrada. Antes fazíamos a média aritmética: $A + B + C$ dividido por 3. Isso quer dizer que é possível fazer tudo no A, no B ou no C como foi o caso da China. No novo IDH tiramos uma média geométrica,

então em vez de somar, se multiplica $A \times B \times C$ e em vez de dividir extraímos a raiz cúbica. O processo é semelhante, mas serve para diminuir o grau de substituição que havia antes entre as diferentes dimensões. O que se vê no Brasil é que o desenvolvimento humano é real.

Isso ocorre por quê?

Flávio Comim Porque há um avanço harmônico em todas as dimensões: na expectativa vida, nos dados de educação, assim como nos de renda. Esse desenvolvimento, ao ser harmônico, dá bem o espírito do que o IDH está revelando, que é a possibilidade de não crescer apenas na renda esquecendo as outras dimensões sociais. Até 2010 vínhamos crescendo com taxas decrescentes no IDH.

Como funciona isso?

Flávio Comim Cada ano você sabe um pouco, mas o seu pouquinho desse

ano é menos do que o do ano anterior. Em 2010 houve um salto e não foi devido a uma mudança metodológica, pois se compararmos o IDH novo com o sistema velho ele mantém um pequeno perfil. Olhando os dados do Brasil percebemos que existem desafios, mas vemos também que houve saltos, como na expectativa de vida. Há cinco anos ela era de 69 anos, agora são 73 anos. No novo IDH duas variáveis mostram o progresso do Brasil, que são os anos médios de escolaridade com os anos esperados de escolaridade ou a expectativa de vida escolar.

Esses dados compõem o novo índice?

Flávio Comim Sim e são mais sensíveis às mudanças. Antes, em alfabetização, tínhamos o alfabetizado ou o analfabeto. É um índice binário e cru, agora se leva em conta o número de anos que as pessoas estudaram, que a cada 10 ou 15 anos irá se movendo de maneira significativa, à medida que as novas gerações estudam mais do que as anteriores. O conceito de expectativa de vida escolar é muito interessante por mostrar quantos anos se espera que a criança, que está entrando hoje na escola, estude. É possível visualizar com mais clareza a diferença geracional que caracteriza a evolução da educação não somente aqui, mas em todo o mundo. Antes em “renda” era usado o PIB, agora a medida é a Renda Nacional Bruta, critério mais apropriado porque é o dinheiro que fica com as pessoas e não apenas o que é produzido. Em todos esses critérios, o Brasil tem subido com uma taxa maior. Claro que isso está ligado ao fato de o país ter passado pela crise de uma maneira mais bem-sucedida que os outros, mas também está relacionado com os investimentos realizados no sistema educacional.

Esse índice que alcançamos é fruto de um período?

Flávio Comim O Brasil subiu 4 pontos do IDH de 2009 para cá. O indicador que mais evoluiu no Brasil foi “Anos Médios de Estudo”. Nosso maior problema é com os “Anos Esperados

de Escolaridade”, que está em um nível alto de 13,8, mas que tem oscilado e caído, tanto que o ajuste dele é o pior. Isso tem a ver com um problema que acontece no Brasil hoje e que esses novos índices captam. Antes, para a avaliação no IDH, era usada a taxa de matrícula combinada com alfabetização, e não se falava nada sobre a qualidade. É a criança que está lá, gente que lê ou não, e não se sabe nem como. Esses novos indicadores de Anos Esperados de Escolaridade dependem da distorção série/idade que é considerada para dar o Padrão de Distorção no sistema educacional. É um avanço, pois ele se mostra um indicador da qualidade do sistema educacional, não é apenas qualidade da educação. Olhando a situação brasileira vemos: as pessoas com mais de 25 anos estudaram 7,2 anos e da criança entrando agora se espera que estude 13,8

O desenvolvimento humano trata com problemas tão sérios como desigualdade, pobreza e discriminação que seria luxo negar parte do conhecimento para resolvê-los

anos. Essa diferença mostra o progresso obtido pelo país na área de educação. Será que isso resolve? Isso não resolve, porque já tivemos a expectativa de 14,1.

O que fazer para que as crianças estudem melhor e possamos dar um salto?

Flávio Comim Estamos discutindo esse indicador nacionalmente e propusemos, em parceria com o INEP [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira], usar o IDEB [Índice de Desenvolvimento da Educação Básica] dentro do IDH. Isso só pode ser feito nacionalmente, pois o resto do mundo não dispõe dessa riqueza de informações para avaliar a qualidade da educação. Estamos utilizando o percentual de matrícula do IDEB como indicador de qualidade da educação. Há muito que avançar, mas essa agenda está bastante clara no Brasil. A educação não é o vilão, mas não podemos ser complacentes. Sabemos que há muita gente fora da escola, que existe um hiato intergeracional sério e que os desafios são muito maiores. Não podemos apenas

nos basear pela questão de Taxa de Matrículas, temos de evoluir na discussão da qualidade. Só teremos um pouco de justiça social se não existir um fosso, como existe, entre a criança pobre que entra juntamente com a rica em uma escola. Esse é o grande desafio e permanece sendo o grande desafio desta década.

Do ponto de vista prático, ponto de vista de renda, a mudança é sensível?

Flávio Comim Existe uma evolução muito grande, há alguns anos o Brasil estava na faixa dos 5.000 ou 6.000 dólares per capita e agora estamos em 10.600 dólares. A grande questão é a desigualdade, não adianta ter uma renda crescendo 5% ou 7% ao ano se ela é mal distribuída. Grande parte desse desafio o Brasil de alguma maneira resolveu com a transferência de renda, melhoria de mercado interno, criando alguns tipos de empregos, de crescimento para o pobre com a expansão da construção civil. Melhorou também, pois foi capaz de criar um modelo de assistência social onde conciliamos algumas

questões para atender as pessoas mais afetadas. A redução da desigualdade foi fundamental para que essa renda tivesse impacto sobre a população, mas temos longo caminho a percorrer. O século XX foi o da quantidade e o XXI será o da qualidade. Antes se focava em quantas crianças estão na escola, agora queremos saber se essas crianças estão aprendendo e que diferença que isso faz. Antes só havia preocupação com a renda, agora a questão é como se está ganhando essa renda. Quais são as vivências positivas e negativas existentes no trabalho, pois se pode ganhar bem e se sentir miserável. Realizamos um estudo e descobrimos que na Região Sudeste existem as maiores vivências positivas, mas as negativas estão muito altas.

Esclareça melhor esse ponto, o que são vivências?

Flávio Comim O PNUD fez um trabalho inédito sobre vivências positivas e negativas no trabalho para medir o Índice de Valores Humanos (IVH) de Trabalho [também realizado nas áreas

de saúde e educação]. A vivência (positiva) é ter sua opinião respeitada, se sentir considerado pela chefia e pelos colegas, entre outros pontos. Na Região Sudeste é onde existe número maior de vivências positivas [0,80] de uma escala que vai de zero a um. Mas é também onde as vivências negativas são maiores, juntamente com a Região Centro-Oeste. Isso é um aspecto qualitativo, pois a pessoa pode ganhar bem, mas qualitativamente não gostar de onde está. Tanto a educação como a saúde têm o aspecto qualitativo. No caso da saúde, não se trata apenas de salvar a vida, é preciso salvá-la com respeito e dignidade. Esse processo de humanização da saúde ilustra bem as políticas de humanização pela educação ou pela renda. O desafio é dar o salto do puramente quantitativo para o quantitativo com qualidade. Toda essa discussão é trazida pelo desenvolvimento humano.

Como estão essas questões em países mais avançados?

Flávio Comim Vários países já reconheceram isso como uma questão e buscam medidas alternativas de bem-estar, como o Relatório Stiglitz-Sarkozy de 2009, mas isso vem desde a década de 70. O IDH supre de algum modo essa diferença e as novas medidas propostas têm muito a ver com o tipo de vida que as pessoas têm. Por exemplo, há muitos suicídios na Suíça. A PNAD [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios] suíça não contém renda, mas afere quem faz as compras de casa, quem leva o cachorro para passear, como as pessoas gerem o seu tempo, quem está feliz ou não está feliz. Recentemente a Inglaterra declarou que irá começar a medir a Felicidade das Pessoas/Lugar. O Butão já faz isso há muito tempo.

Existe esse índice aqui no Brasil?

Flávio Comim Temos o FIB [Felicidade Interna Bruta]. Não acho que indicadores de felicidade são respostas porque a métrica subjetiva é sujeita a distorções, mas acho que é um caminho escutar os cidadãos. O Índice de Desenvolvimento Humano não ouve as pessoas. Vê quem está morto ou não, quem está na escola ou não, e coloca no modelo, ou seja, trata o indicador com propriedade, parâmetros do indivíduo, mas não pergunta ao indivíduo. A

mudança metodológica que existe hoje é a necessidade de integrar os indivíduos e por meio disso produzir respostas. Defendo uma posição mais “seniana” (de Amartya Sen) de que é possível perguntar às pessoas de acordo com as condições concretas que elas têm. Ele chama isso de objetividade posicional. Ela irá refletir mais a situação e expressar menos a subjetividade. O que há em vários países é um movimento para pensar indicadores de maneira muito mais fluida, inclusiva e participativa.

Como foi sua entrada para o PNUD?

Flávio Comim Minha aproximação começou há uns seis anos e nunca tive o desejo de ser funcionário das Nações Unidas pelo título. Naquela época vivia entre a Inglaterra e a UFRGS. Com um colega da Federal, participei de um dos primeiros relatórios dos **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio** no Brasil, o Meta 1 de Pobreza e Fome, e logo depois passamos para um relatório sobre a Região Sul. Em 2006 recebi o convite para ler o Relatório de Desenvolvimento Humano daquele ano e fazer a divulgação para a imprensa. Minha entrada para o PNUD começou de forma despreziosa, por um trabalho que veio seguido de outro, sucessivamente. Quando vi, estava diante de tomar a decisão de largar o trabalho que fazia na Inglaterra para coordenar o relatório.

O que motivou essa decisão?

Flávio Comim Era desafiador colocar em prática o que estudei por dez

anos e fazer um relatório fiel à teoria, que diz que o desenvolvimento humano tem de ser inclusivo, participativo, dar a voz e empoderar as pessoas. Parte do desafio era “vamos levar a sério e fazer uma consulta nacional”. Assim nasceu o Brasil Ponto a Ponto [http://www.brasilpontoaponto.org.br] pensando que para ter desenvolvimento humano é preciso se comunicar com as pessoas em linguagem simples. Isso levou a testar várias perguntas, organizar audiências públicas, visitar os municípios e construir parcerias, a editar um caderno contando essa história.

Qual o papel das parcerias nesse projeto?

Flávio Comim Sem as parcerias não seria possível fazer as consultas. Fizemos a seguinte pergunta: “O que precisa mudar no Brasil para a sua vida melhorar de verdade?” A TIM enviou 12 milhões de SMS para todo o Brasil. A Natura mobilizou todas as suas consultoras, mais de 70.000, espalhadas em 95% do território brasileiro. A TV Globo levou a mensagem para cerca de 100 milhões de pessoas. A MTV realizou fórum e programas. A Suzano doou papel para que chegássemos às comunidades sem acesso a televisão ou internet. O Setor Dois e Meio fez nossa campanha de comunicação antes de chegarmos à WBrasil, agora WMcCann, para fazer a campanha Mostre Seu Valor. As universidades parceiras montaram uma rede de 160 voluntários em todo o Brasil para ler o meio milhão de respostas das pessoas. Metade foi pela internet e outra

pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação e escolas. A importância dessa ação é comprovar que desenvolvimento humano é construído por pessoas. Assim é preciso mudar a maneira de trabalhar para ser acessível e comunicar-se com elas. Esse relatório procurou honrar a proposta, que em essência era mostrar que as soluções dos problemas levantados só dependem das pessoas.

Como solucionar esses problemas?

Flávio Comim Fizemos um lista dos temas setoriais e dos transversais. Consideramos políticas públicas, mas trabalhamos com violência, educação e valores. Há um capítulo importante sobre família. Ninguém nunca pensou em colocar a família em um relatório de desenvolvimento humano, pois normalmente família é questão privada e não pública. Redefinimos a família e descobrimos que ela não é mais pai e mãe, filho ou filha, mas a rede de cuidado e de afeto que pode ter um formato ou outro. Ao definir valores, percebemos que eles são guias de ação. A campanha foi fundamental para entender e estruturar o relatório.

O resultado dessa consulta mostra que quando se buscam valores, a educação aparece em primeiro lugar. Essa é uma perspectiva de mudança?

Flávio Comim Fizemos a pergunta positiva: “O que precisa mudar no Brasil para a sua vida melhorar de verdade?” Com isso surgiu uma história de um país de alta desigualdade, com


um tecido social gasto, onde as famílias se desorganizaram e isso fez com que olhássemos num nível mais micro de como essa gente relaciona essas vivências de desenvolvimento humano com uma pauta de valores. Se consultarmos qualquer pessoa das grandes ONGs educacionais brasileiras descobriremos que o grande desafio é trazer a família para dentro da escola. O mesmo aconteceu com relação à violência: 56% das pessoas temem a violência dos bandidos; 23%, a violência dentro de casa. Isso dá uma idéia da importância dos lares como pauta de desenvolvimento e valores, como formação e modelo de relacionamento. Tudo isso está mais presente na agenda de desenvolvimento do que imaginamos, pois os valores estão em casa, na escola e no trabalho – onde o sofrimento é uma realidade, independentemente do salário que as pessoas ganhem. Quem ganha salário mínimo são as pessoas que têm as menores vivências positivas nos trabalhos. Ninguém vê a mulher que traz o café ou faz a limpeza. Pensar valores é pensar uma agenda de qualidade e humanização das políticas e que vai além dos recursos.

E com relação à educação?

Flávio Comim O que o relatório diz é que é preciso melhorar a convivência nas escolas, para diminuir a distorção série/idade. E isso leva à qualidade do sistema educacional e à possibilidade de melhorar o índice dos anos esperados. Parte do problema é como motivar o

professor e melhorar os salários, dispor de material didático de qualidade. Hoje o professor compete com a internet, que traz muito mais informações e é mais atraente em termos de audiovisual. Descobrimos, nos seminários realizados, que há escolas com tantos alunos que ninguém é chamado pelo nome e sim por números. Como podemos exigir que esse aluno respeite e fale com o professor se ele é apenas um número? Tentar atingir esse balanço entre dimensões diferentes e operar com multidirecionalidade é um grande desafio que estamos levantando no relatório nacional e a discussão surgiu dessa consulta pública. O grande desafio que temos é mover o país para mais anos de vida escolar esperado e dar mais oportunidades às pessoas, distribuir melhor a renda e ter um crescimento mais inclusivo, que gere aumento de renda. Assim chegaremos ao nível dos países latino-americanos mais avançados, que estão na frente do Brasil há mais de 30 anos, como a Argentina, Chile, Costa Rica.

O economista Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da FGV, diz que a educação de qualidade deve ser o desafio desta década. O senhor concorda?

Flávio Comim A educação é um dos grandes desafios. Mas quando se fala em desenvolvimento social, deixamos de lado o ambiental. E quando chegam as primeiras chuvas de janeiro as pessoas que moram em área de risco sofrem grandes desgraças em todo o país. A penalização por questão ambiental não pode ser considerada trivial. Para pobres e vulneráveis não existe um plano de saúde efetivo. Defendo a ideia de pensar transversalmente e o Marcelo Neri tem razão sobre quão estratégica é a educação e como atingir uma educação de qualidade, mas não podemos deixar de pensar no grau de vulnerabilidade dos pobres em relação ao ambiente, na incapacidade de reagirem aos riscos ambientais. Para essa virada que queremos, não podemos esquecer, além da questão da educação, de pensar o problema urbano nacional, com o gravíssimo déficit de saneamento. Permanece o binômio educação/saúde e o viver bem, mas não podemos esquecer a questão ambiental como grande pano de fundo. Pode parecer trivial, mas não é. 



Se o século XX foi o da quantidade, o XXI será o da qualidade. O foco antes era quantas crianças estavam na escola. Agora queremos saber quanto e o que estão aprendendo